

Sistematização de diretrizes projetuais para uma Unidade de Acolhimento atrelados aos Princípios da Humanização

Systematization of design guidelines for a Host Unit linked to the Principles of Humanization

Sistematización de pautas del proyecto para una Unidad de Acogimiento vinculados a los Principios de Humanización

HAMES, Caroline

*Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade do Estado de Santa Catarina,
carolinehamess@gmail.com*

RESUMO

O presente artigo traz os já existentes parâmetros de recursos das Unidades de Acolhimento para pessoas em situação de rua a fim de colocá-los em discussão para sistematização de critérios de avaliação que, aliados aos estudos de casos, possam gerar diretrizes projetuais a serem correlacionadas aos princípios da humanização no campo da arquitetura. Dessa forma, conheceu-se o funcionamento de uma Unidade de Acolhimento, adentrou-se na realidade dos moradores de rua, nas suas carências e estudou-se o papel da humanização e da psicologia ambiental nos espaços de saúde para criar um suporte ao lançamento das diretrizes. Os resultados apresentados são oriundos da pesquisa desenvolvida para o trabalho de conclusão de curso.

PALAVRAS-CHAVES: Humanização, psicologia, arquitetura, acolhimento.

ABSTRACT

The present article brings the already existing parameters of resources of the Reception Units to street people in order to put them in discussion for systematization of evaluation criteria that, together with the case studies, can generate design guidelines to be correlated to the principles of humanization in the field of architecture. In this way, the operation of a Reception Unit was known, it was introduced into the reality of the homeless people, in their needs and the role of humanization and environmental psychology in the health spaces was studied to create a support for the launching of the guidelines. The results presented are from the research developed for the course completion work.

KEY WORDS: Humanization, psychology, architecture, reception.

RESUMEN

El presente artículo trae los ya existentes parámetros de recursos de las Unidades de acogida para personas en situación de calle a fin de colocarlos en discusión para sistematización de criterios de evaluación que, aliados a los estudios de casos, puedan generar directrices proyectivas a ser correlacionadas a los mismos principios de la humanización en el campo de la arquitectura. De esta forma, se conoció el funcionamiento de una Unidad de acogida, se adentró en la realidad de los habitantes de la calle, en sus carencias y se estudió el papel de la humanización y de la psicología ambiental en los espacios de salud para crear un soporte al lanzamiento directrices. Los resultados presentados son oriundos de la investigación desarrollada para el trabajo de conclusión de curso.

PALABRASCLAVE: Humanización, psicología, arquitectura, acogida.

1 INTRODUÇÃO

Invisível e estigmatizado, o sujeito do habitar a rua requer ações efetivas que o direcionem para a saída da rua, reinsiram-no na sociedade como cidadão garantido de direitos e promovam soluções para a problemática de sua permanência nas Unidades de Acolhimento. Problemática já citada pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) em 2009 na Pesquisa Nacional sobre a População em situação de Rua, onde 69,4% preferem permanecer nas ruas a usar uma instituição assistencial.

Sendo assim, nasce a temática de usar os princípios da humanização e da psicologia ambiental como ferramentas para elaboração de diretrizes que possam promover um espaço físico de qualidade para a efetivação das ações e dos serviços ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Nesse viés, cabe ressaltar a afirmação de Loschiavo (2005) acerca da escassez de pesquisas acadêmicas direcionadas ao estudo da arquitetura como ferramenta projetual para a concepção de espaços às populações de rua.

Para tal, buscou-se a revisão bibliográfica das normativas da Unidade de Acolhimento pelo Ministério da Saúde, da correlação dos conceitos de arquitetura com a humanização, pela perspectiva de Ciaco (2010) e de Kowaltowski (1989), com a Psicologia Ambiental, por Aragonés e Amérigo (1998) e com o Desenho Universal por Cambiaghi (2007) a fim de construir um embasamento teórico e compreender as necessidades desse público.

Dessa forma, a aplicação dos critérios de avaliação gerados a partir da fundamentação teórica e o tratamento dos dados coletados no estudo de caso, caminham a pesquisa para a elaboração de diretrizes que visem atender as exigências das políticas públicas voltadas às pessoas em situação de rua.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Unidade de Acolhimento

A complexidade de propor uma Unidade de Acolhimento que consiga alcançar êxito em todas as suas esferas de exigências está relacionada com as múltiplas facetas do habitante de rua e como atender as necessidades inerentes a cada um. A Política Nacional para População de Rua (PNAS) adota o seguinte conceito para a definição dessa população:

Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as Unidade de Acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (Decreto nº 7053/2009, art. 1º, Parágrafo Único).

E, ainda, estabelece os princípios para implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que reorganiza os serviços de proteção social aos cidadãos, como: garantia da cidadania e dos direitos humanos; geração de renda; saúde; moradia; cultura; acolhimento; projetos de capacitação e alfabetização.

Como materialização do espaço físico para a promoção desses serviços, a Unidade de Acolhimento foi instituída pela portaria GM/MS n.121 de 25 de janeiro de 2012 e se enquadra na classificação de Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Para assegurar o exposto, o Ministério do Desenvolvimento Social e o Ministério da Saúde criam uma cartilha com orientações para a estruturação efetiva desse serviço, indicando os ambientes mínimos (tabela 1) e as ações (quadro 1) que estes devem atender.

Tabela 1 – Ambientes mínimos segundo o Ministério da Saúde

Ambiente	Quant. Mín.	Área Unit. Mín. (aprox.) obrigatória (m ²)	Área total (m ²)
1. Sala de acolhimento	1	36	36
2. Quarto coletivo	4	18	72
3. Banheiros com chuveiros	2	4,8	9,6
4. Sala Administrativa (Escritório)	1	9	9
5. Sala de TV	1	30	30
6. Almoxarifado	1	3	3
7. Refeitório	1	18	18
8. Cozinha	1	16	16
9. Banheiro para funcionários	2	12	24
10. Lavanderia	1	7	7
11. Abrigo externo para resíduos sólidos	1	4	4
		Área total	228,6
		Área total + Área de circulação (20% [área total])	274,32
12. Área externa de convivência	1	24	24

13. Área externa para embarque e desembarque de ambulância	1	21	21
Área total (interna + externa)			319,32

Fonte: BRASIL, 2013. Adaptada pela autora, 2018.

Quadro 1 – Ações e Recursos necessários nas Unidades de Acolhimento

Ações	Recursos Físicos	Recursos Humanos	Recursos Materiais
Acolhimento	Banheiro	Assistente social	Armário Individual
Articulação da rede de serviços	Copa/cozinha	Auxiliar administrativo	Equipamentos de informática com internet
Atendimento da rede de serviços assistenciais	Lavanderia	Auxiliar educativo	Guarda prontuários físicos
Cadastro dos usuários	Recepção	Coordenador em serviço social ou psicologia	Jogos; atividade recreativas; ocupacionais; terapêuticas
Convívio familiar, grupal e social	Refeitório	Cozinheiro	Lavagem e secagem de roupas
Entrevista individual/família	Sala administrativa	Motorista	Material multimídia
Oficinas e atividades coletivas	Sala de atendimento individualizado	Profissionais especializados em abordagem social	Refeições diárias
Orientação e atendimento em grupo	Sala de coordenação	Psicólogo	Sofás, cadeiras e bancos para atendimento
Orientação Jurídico-social	Sala de Reunião	Segurança	Veículo para utilização da equipe
Programa de capacitação	Sala de atividades coletivas	Serviços gerais	
		Técnico com formação em Direito, pedagogia, sociologia, antropologia ou Terapia Ocupacional	

Fonte: BRASIL, 2011. Adaptada pela autora, 2018.

Ao comparar a tabela 1 do Ministério da Saúde com as exigências do Ministério do Desenvolvimento Social (Quadro 1), percebe-se que há carência de espaços físicos para a realização das ações. Como contribuição compatibilizou-se a tabela e o quadro a fim de sistematizar uma que possibilite a efetivação dos objetivos (ver Tabela 2). Os ambientes mínimos foram estabelecidos conforme as orientações técnicas do Ministério da Saúde e o pré-dimensionamento baseado em Littlefield (2004).

Tabela 2 – Compatibilização das Tabelas 1 e Quadro 1

Setores	Ambientes	Área Mín.
Serviço	Abrigo para resíduos sólidos	4m ²
	Almoxarifado	3m ²
	Banheiro funcionários	12m ²
	Copa funcionários	16m ²
	Embarque e desembarque de ambulância	21m ²
	Estacionamento *dimensão para 1 vaga	13m ²
	Guarita	10,56m ²
	Garagem	14,5m ²
	Recepção	18m ²
Social	Vestuário	16,30m ²
	Quadra poliesportiva	432m ²
	Área externa de convivência	24m ²
	Sala de Jogos	40m ²

	Sala de TV	15m ²
Ensino	Ateliê	50m ²
	Biblioteca	303,6m ²
	Sala de atividades coletivas	56m ²
	Sala de aula	56m ²
	Sala de Inclusão Digital	28,4m ²
Acolhimento	Banheiros individuais	4,8m ²
	Quarto individual	13m ²
	Quarto coletivo (máx. 4 pessoas)	18m ²
	Refeitório + cozinha	120m ²
	Sala de acolhimento	12,95m ²
	Sala de atendimento	12,95m ²
	Sala de atendimento médico	16m ²
Administrativo	Lavanderia	7m ²
	Sala da coordenação	9m ²
	Sala de reunião	17,82m ²
	Sala da administração	9m ²
	Sala de arquivo	9m ²

Fonte: Elaborado pela autora, 2018. Com base nas orientações do Ministério da Saúde e Ministério do Desenvolvimento Social.

Todos os itens acima serão adotados como critérios de qualidade para avaliação nos estudos de caso.

Ainda com base nas orientações do Ministério do Desenvolvimento Social, o local onde está ou será inserida a Unidade de Acolhimento deverá ser analisado através da aplicação dos critérios expostos no quadro 3, a fim de gerar um Diagnóstico Socioterritorial que reunirá informações sobre a área e qualificará sua viabilidade.

Quadro 3: Critérios para o Diagnóstico Socioterritorial

Critérios	Avaliação	
Incidência de pessoas em situação de rua	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Observar o fluxo de pessoas de rua ao entorno; ▶ Em conversa com a comunidade e com os centros de assistência social, saber se há um elevado fluxo e concentração de moradores de rua na cidade. 	Alta Média Baixa
Rede de articulação de serviços próximos	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Observar se há existência e articulação entre os serviços de assistência social; ▶ Mapear serviços assistenciais (CRAS, CREAS, CENTRO POP, CAPS, UBS e abordagem). 	Possibilita/Possibilita parcialmente/Não possibilita
Local de fácil acesso	▶ visibilidade/Identificação;	Alta/Média/Baixa
	▶ perto dos pontos de chegada dos moradores de rua;	Próximo/Não próximo
	▶ se há transporte público nas proximidades.	Sim/Não

Fonte: BRASIL, 2011. Adaptado pela autora, 2018.

Humanização e Psicologia Ambiental

Ao pensar a arquitetura nos espaços assistenciais de saúde deve-se ter a consciência de que “é uma arquitetura feita para o ser humano em sua condição de maior sensibilidade”. (CIACO, 2010, p. 27). Dessa forma, estudar a Unidade de Acolhimento como um espaço de saúde que as pessoas em situação de rua buscam para melhoria de suas vidas, tende a correlação dos princípios da Humanização

(domesticidade, privacidade, conforto ambiental e visual) e dos conceitos da Psicologia Ambiental, como a preocupação com a percepção e sentimento do usuário no ambiente, conforme norteiam Ciaco (2010) e Kowaltowski (1989). Nesse sentido, o Ministério da Saúde já orienta no Manual sobre o cuidado à saúde junto à população em situação de rua: “a produção de uma rede de cuidado traz consigo a proposta da humanização das ações e serviços de saúde” (BRASIL, 2012, p. 40).

No enfoque da Humanização, Kowaltowski (1989) afirma que ela atua como ferramenta para concepção de espaços saudáveis voltados para o ser humano, onde a preocupação com criação de laços com o ambiente e a sensação de conforto seja estimulada nos usuários.

Assim, a psicologia ambiental, segundo Aragonés e Américo (1998), traz a importância das trocas de experiências na relação pessoa-ambiente e analisa como essa interação atua no funcionamento psicológico do usuário frente a um determinado espaço.

Logo, Ciaco (2010) orienta que as ações dentro de um espaço de saúde devem ser aliadas aos fatores como: implantação adequada; iluminação; ventilação; mobiliário; flexibilidade dos ambientes; utilização de cores; som e água, e racionalização interior x exterior, como podem ser vistos no Quadro 4.

Quadro 4 – Aspectos Humanizadores

Fator analisado	Avaliação
Valorização do usuário	Conforto ambiental; organização; silêncio; acolhimento.
Sob a ótica da legislação	Orientações do Ministério da Saúde e do Ministério do Desenvolvimento Social; Política Nacional para População em Situação de Rua; Tipificação Nacional dos Serviços Assistenciais.
Valorização dos profissionais da saúde	Ambiente privativo para os funcionários; qualidade; conforto ambiental.
Adequação ao local	Insolação; Acessibilidade; Infraestrutura; Estudo do entorno; conforto ambiental.
Estudo do projeto deve ser funcional e técnico	Flexibilidade; previsão de expansão; percursos; fluxos segregados.
Racionalização: circulações e usos	Agrupamento dos usos; circulação restrita e segregada.
Flexibilidade dos ambientes	Adaptações; ampliação; planta livre; divisórias móveis.
Conforto Ambiental	Conforto Térmico; ventilação natural; conforto visual; iluminação natural; uso das cores.
Presença do verde	Presença de jardins externos/internos; cuidados paisagísticos.
Relação interior x exterior	Aberturas: comunicação com a área externa.

Fonte: CIACO, 2010. Adaptada pela autora, 2018.

Concomitantemente aos requisitos básicos de Ciaco (2010), Kowaltowski (1989) revela como os princípios arquitetônicos podem influenciar nas sensações dos usuários quando inseridos dentro de um espaço mais humano (ver quadro 5).

Quadro 5 – Princípios Arquitetônicos na Humanização

Princípios Arquitetônicos	Sensações
Estética	Fornecer estímulo/conforto visual.
Natureza	Satisfação visual; Sentimento de ambiente saudável.
Porte reduzido das construções	Proporciona a orientação espacial; Maximização do funcionamento de grupos; Sentimento de territorialidade; Locomoção horizontal.
Domesticidade	Tradição, privacidade e família; Ambiente de moradia tradicional; Sentimentos territoriais.

Fonte: KOWALTOWSKI, 1989. Adaptada pela autora, 2018.

A domesticidade, como um dos princípios tratados por Kowaltowski (1989), resgata os sentimentos de territorialidade, privacidade e tradição familiar também mencionados por Aragonés e Américo (1998) no campo da psicologia ambiental.

Reitera-se “Os ingredientes de territorialidade, segurança e espaço pessoal, implicados pelos princípios da domesticidade, têm conotações psicológicas pertencentes ao sentimento de posse, simbolizados pela casa.” (KOWALTOWSKI, 1989, P. 131). Nessa concepção, a aplicação desse princípio torna-se imprescindível para estimular a apropriação do espaço pelo usuário e assim causar a sensação de pertencimento ao lugar.

Outro ponto comum estudado pela humanização e pela psicologia ambiental, citados por Kowaltowski (1989) e por Aragonés e Américo (1998), é a importância do porte reduzido das edificações para valorização da locomoção horizontal, da comunicação social e da orientação espacial e como isso está diretamente relacionado à satisfação e bem-estar do usuário frente ao ambiente exposto.

Nesse sentido, Aragonés e Américo (1998) no âmbito da psicologia ambiental, colocam a pessoa como foco central e estudam em seu contexto habitual a relação social-ambiental sobre seu psicológico e junto aos princípios da humanização elencam os instrumentos essenciais para a produção de espaços vividos pelo homem a fim de lhe garantir conforto e experiências efetivas sem esforços e sem estresse.

Portanto, torna-se necessário triangular a humanização, a psicologia ambiental e os espaços assistenciais no processo de concepção de uma Unidade de Acolhimento para reestabelecer a saúde mental, resgatar a qualidade de vida e reconstruir os vínculos rompidos para reinserir o morador de rua na sociedade.

Desenho Universal

O conceito de Desenho Universal por Cambiaghi (2007) busca a consolidação dos Direitos Humanos através da criação de ambientes que possam ser usados pelo máximo número de pessoas de forma autônoma, segura, sem esforços desnecessários e com sentimento de bem-estar. Assim, não se trata apenas de normas técnicas, e sim questões interdisciplinares entre humanização, psicologia e conforto ambiental.

Por conseguinte, a preocupação com a relação pessoa-ambiente no cenário do Desenho Universal é considerada, por Cambiaghi (2007) parte integrante do processo de criação de espaços acessíveis e autônomos, funcionais e de qualidade.

Dessa forma, a aplicação do Desenho Universal por um olhar humanizado faz-se necessária no âmbito da Unidade de Acolhimento, sendo, segundo Cambiaghi (2007), inerente ao projeto arquitetônico ponderar sobre a heterogeneidade das deficiências e necessidades humanas.

3 METODOLOGIA

Procedimento metodológico para o estudo de caso

A seleção de três procedimentos metodológicos (entrevista, walkthrough e mapa comportamental) para a análise do estudo de caso possibilita a triangulação dos métodos, o conhecimento dos aspectos positivos e das problemáticas existentes nas instituições, as necessidades para o funcionamento das ações e a geração das diretrizes projetuais a partir dos dados coletados.

Estudo de caso

Tomando-se por base a exigência da articulação entre os serviços sociais, pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, optou-se como objeto de estudo duas instituições do município de Tubarão/SC. Sendo, o Centro POP, por ser um serviço especializado às pessoas em situação de rua e o Albergue Noturno Pousada da Paz, por ser referência de Unidade de Acolhimento no Estado de Santa Catarina.

Resultados e Discussões

Ao realizar a síntese comparativa entre as instituições e o entrelaçamento dos dados coletados durante o estudo de caso, percebeu-se que ambas mostraram precariedade nos espaços ofertados às pessoas



em situação de rua quanto a presença, quantidade e qualidade. E ainda, apresentaram as dimensões dos ambientes fora das normas do Ministério de Saúde. A assistente social do Centro POP reforça essa situação com a sua fala, durante a entrevista, de que “Santa Catarina ainda tá muito mal preparada para atender a população de rua”.

No que concerne à circulação, há conflitos de usos, onde um único espaço é usado para diversas funções. O uso do verde mostrou-se ausente, bem como áreas de convivência externa, o que impossibilita qualquer interação com o entorno. Os itens analisados dentro dos parâmetros do Desenho Universal mostraram-se ausentes em sua maior parte, e quando presentes atendem de maneira ineficaz.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por conseguinte, a triangulação dos dados coletados durante a metodologia possibilitou o mapeamento das atividades, do comportamento dos usuários, fez-se compreender o funcionamento de uma Unidade de Acolhimento na prática e dessa forma, conhecer as carências de ações e espaços.

Com base no exposto e nas deficiências encontradas, viu-se a necessidade de propor diretrizes projetuais (ver Quadro 9) para uma Unidade de Acolhimento que atenda aos requisitos mínimos de forma funcional e com qualidade.

Quadro 9 – Diretrizes Projetuais

	Diretrizes Projetuais
Diagnóstico Socioterritorial	Inserção em Zona Residencial ; Proximidade aos pontos de maior fluxo de moradores de rua; Promoção das articulações dos serviços assistenciais;
Parâmetros Construtivos	Iluminação e ventilação natural → aberturas (conforto ambiental - condicionamento passivo); Planta livres → flexibilidade;
Ambientes	Atender aos ambientes mínimos exigidos pelo Ministério da saúde e pelo Ministério do Desenvolvimento Social.
Humanização	Plantas livres → flexibilidade, adaptação de uso e alteração de layout; Agrupamento de usos → fluxos segregados, racionalização de circulações; Aberturas → iluminação e ventilação natural, relação interior x exterior; Valorização dos funcionários → ambiente privativo; Paisagismo → conforto visual, espaços de convivência para auxiliar na saúde mental; Privacidade → sentimentos de territorialidade e apropriação do espaço.
Desenho Universal	Uso autônomo; Agrupamento de usos → evita grandes descolamentos; Ambientes acessíveis → NBR 9050; Baixo esforço físico/fácil acesso → evitar desníveis.

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Dessa forma, todo o estudo aqui apresentado caminhou para formar uma base de diretrizes para o lançamento de um programa de necessidades que cumpra com os requisitos quanto as normas do Ministério da Saúde e do Ministério do Desenvolvimento Social e atrelado aos princípios da humanização promova um ambiente mais saudável e humano dentro de centros assistenciais.

5 REFERÊNCIAS

ARAGONÉS, Juan Ignacio; AMÉRIGO, María. **Psicología Ambiental**. Madrid: Pirâmide, 1998. 483 p.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro Pop**. Brasília: Brasil Ltda, 2011. 3 v. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_centro_pop.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Manual sobre o cuidado à saúde junto à população em situação de rua**. Brasília: Ms - Os, 2012. 100 p. (A). Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/manual_cuidado_populacao_roua.pdf>. Acesso em: 09 maio 2018.

CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho Universal: Métodos e técnicas para Arquitetos e Urbanistas**. São Paulo: Senac, 2007. 269 p. Ilustrações André Youssef.

CIACO, Ricardo José Alexandre Simon. **A Arquitetura no Processo de Humanização dos Ambientes Hospitalares**. 2010. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18141/tde-05012011-155939/en.php>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

LOSCHIAVO, Maria Cecilia. **Arquitetura, os moradores de rua e a transfiguração de nossa sociedade**. 2005. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/PDFs_revista_7/7_Maria Cecilia Loschiavo.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2018.

KOWALTOWSKI, Doris Catharine Cornélie Knatz. **Arquitetura e Humanização: Projeto. Projeto, v.126, n. outubro, p. 129-132**, 1989. Disponível em: <<http://www.dkowaltowski.net/675.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2018.

LITTLEFIELD, David. **Manual do Arquiteto: Planejamento, Dimensionamento e Projeto**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011. 767 p. Tradução de: Alexandre Salvaterra.